

01216ÃO PE APOIO ÁS COMISSÕES
02141. ÃO DE FLONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

CEOP
HOUNIGO 520178
ENTRADA / SALVA Nº 2330ATA 3013 2015

Exmo. Sr.

Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas

Assembleia da República, 30 de março de 2015

Assunto: Requerimento para audição do Secretário de Estado do Turismo

O discurso do Governo em torno do setor do Turismo centra-se e esgota-se na reafirmação recorrente dos melhores anos de sempre para o setor. Tal afirmação é sustentada nos dados do INE relativamente aos proveitos que aumentaram entre 2009 e 2011 e tornaram a subir em 2013 depois de uma descida no ano de 2012. No ano de 2013 os proveitos totais do turismo ascenderam a 1900 milhões de euros.

Contudo a realidade do setor do Turismo não se esgota nestes números. Outras há que devem merecer análise, acompanhamento e medidas políticas concretas. O INE, na estatística trimestral de emprego, aponta para uma perda de 26400 empregos entre o 4º trimestre de 2013 e o trimestre homólogo de 2014. O Banco de Portugal mostra que 62% das empresas de Alojamento e restauração, com dívida financeira, não geraram excedentes suficientes para pagar os juros.

O aumento do IVA aplicado ao setor de alimentação e bebidas tem vindo a asfixiar o setor, com falências, despedimentos e menos receitas. A manutenção desta medida justifica-se, segundo o Governo, porque promove um efetivo aumento da receita em IVA, contudo não são publicadas as estatísticas do IVA desde 2011.

A Comissão Europeia aponta o setor do alojamento e restauração em Portugal com o segundo mais alto risco de falência.

O Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, na sua publicação semestral relativa ao mercado laboral, demonstra que no setor do Turismo a média de trabalhadores a receber salário mínimo nacional era em outubro de 2013 quase o dobro da média nacional (21% dos trabalhadores do Turismo enquanto a média nacional é de 12%).

Segundo dados do mesmo gabinete, em outubro de 2013, 39,5% dos trabalhadores do setor do Turismo tinham contrato a termo enquanto a média nacional era de 28,4%.

Mostravam, ainda, que 7,5% dos trabalhadores são aprendizes ou estagiários enquanto a média nacional dos vários sectores é de 3%.

Estes dados são confirmados pela realidade vivida por muitos trabalhadores do Setor, onde os problemas de precaridade, baixos salários e salários em atraso são uma constante. Os dados oficiais são confirmados pela realidade e pela vida dos trabalhadores da hotelaria. Sobre estas matérias o Grupo Parlamentar do PCP já interveio sobre salários em atraso nos hotéis do Grupo Carlos Saraiva (Algarve) a mais de 350 trabalhadores, redução de salários dos trabalhadores no Hotel Marriot em Óbidos ou limitação da atividade sindical no Sheraton Algarve Hotel. Já este ano foram tornados públicos problemas na hotelaria da Madeira, com 520 trabalhadores com salários em atraso e no Hotel Estação em Braga, com seis meses de salários em atraso. Mais recentemente o caso do Clube Praia da Rocha, no Algarve, com situações de desespero de uma trabalhadora com salários em atraso que se acorrentou nas instalações do empreendimento.

Estes dados, de entidades oficiais, demonstram que as classificações de sucesso deviam ser muito cautelosas, até por respeito a todos aqueles que no setor, trabalhadores e empresários, atravessam situações muito difíceis.

Assim e face a esta realidade que contraria o discurso oficial do Governo, o Grupo Parlamentar do PCP, vem por este meio requerer a audição do Secretário de Estado do Turismo, na Comissão de Economia de Obras Publicas, para discussão das matérias descritas e esclarecer sobre eventuais medidas políticas que deem respostas aos problemas.

Os Deputados

Bruno Dias

João Ramos

N/Ref. nº 46845-243 INPA/15